

Movimentos subversivos contra Moçambique

Por

João da Costa Freiras

1. Suponho não desiludir algum dos que me escutam, ao afirmar que nesta breve e desgarrada lição sobre os «movimentos subversivos contra Moçambique» não é minha intenção embrenhar-me em descrições pormenorizadas das acções e reacções que neste campo se processam. Seria naturalmente pretensioso da minha parte julgar que os elementos de informação por mim recolhidos, ou à minha disposição, constituem uma base suficiente para determinar com rigor o que realmente se está passando no segredo das organizações que contra nós actuam ou mesmo daquelas que nos defendem. Para além do mais, o melindre e a delicadeza de que se reveste o manejo e publicidade de muitos daqueles elementos de informação obrigam a que se seja prudente na exposição da matéria de facto.

O meu objectivo de hoje é, portanto, e tão-sòmente, o de em rápido e elementar apontamento referir algo sobre a formação e actividade dos diversos grupos e organizações — apenas os principais — que se apresentam como responsáveis pela acção subversiva contra Moçambique, e tecer em volta disso alguns comentários que se me afiguram pertinentes e ajudam a melhor esclarecer o problema objecto do nosso estudo, problema esse que a um observador mais apressado poderia surgir como de natureza diferente daquela que realmente tem.

Na verdade, a primeira coisa que impressiona no panorama dos movimentos subversivos contra Moçambique é a multiplicidade e diversidade dos grupos e organizações que foram surgindo no exterior da província, um pouco por toda a parte: União da África do Sul, Rodésias do Norte e do Sul, Niassalândia, e Tanganhica. Tendo em conta o que adiante referirei acerca de alguns dos dirigentes, quase se pode dizer que a iniciativa e a acção que estão na base da criação destes grupos pertencem exclusivamente a indivíduos inteiramente desconhecedores das condições de vida

na província ou conhecedores apenas daquelas que se verificam nas suas cadeias. Daí talvez se possa partir para extrair uma primeira conclusão, e que se reporta à dificuldade que todos esses organismos têm experimentado ao tentar formular os seus programas de modo a incluírem neles os elementos aliciantes capazes de provocar a adesão das populações. Sem a base séria de um conjunto de reivindicações generalizadas ou de um descontentamento acentuado, a maior parte dos grupos subversivos tem-se fundado ao sabor das frustrações ou ambições de cada um e sob inspiração ou ternário que está bem longe de contemplar qualquer das aspirações ou anseios das populações que dizem pretender servir.

Assim se explica que grande parte das organizações criadas tenha tido a vida efémera de escassos meses ou mesmo semanas, e uma dezena ou mais de nomes dessas organizações poderia aqui ser citada como curiosidade, mas não como elemento de estudo para o problema que nos interessa: acção subversiva contra Moçambique. Para limitar o âmbito do nosso estudo e para nos fixarmos apenas naquelas que, de algum modo, ganharam relevância especial pela sua actividade ou projecção, citaremos apenas a MANC (Mozambique African National Congress), a MANU (Mozambique African National Union), a UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique), a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e a FUNIPAMO (Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique).

2. Desde os fins de 1960 começaram a ouvir-se algumas referências a duas sociedades de moçambicanos estabelecidas em territórios da Rodésia do Sul, denominadas «Portuguese East Africa Society» e «Tete East Africa National Globe Society», as quais pareciam agir como sociedades de assistência aos numerosos trabalhadores moçambicanos residentes naquele território. Parece, no entanto, que não era nem muito extensa nem muito profunda a acção dos seus dirigentes, e só, realmente, em fins de 1961 e princípios de 1962 se pôde notar que os *leaders* da primeira — Peter Balamanja e Pete Geoffrey — mantinham as mais íntimas relações com os principais responsáveis da agitação nas duas Rodésias e Niassalândia. A partir daí e porque a Portuguese East Africa Society instalou a sua sede nos próprios escritórios do partido Malawi, foi possível acompanhar, com maior rigor a actividade

dos seus elementos, que procuraram por todos os meios, e com objectividade digna de nota, influenciar a massa de moçambicanos trabalhadores na Rodésia do Sul.

Em fins de 1962 — exactamente em Dezembro desse ano — foi requerida e deferida pelas autoridades da Rodésia do Sul a formação da Mozambique African National Congress pela fusão das duas organizações citadas, ficando como presidente do novo partido — assim se lhe chamou — Peter Balamanja, e como secretário-geral Pete Geoffrey. Na declaração então feita por Balamanja, alegava-se a necessidade de promover a união dos africanos portugueses de Moçambique e evitar a formação de pequenos partidos regionais. Estes mesmos objectivos foram enunciados quando da adesão da MANC à FRELIMO.

A proibição imposta posteriormente pelas autoridades da Rodésia do Sul às actividades do novo partido — que ainda chegou a promover alguns comícios em Salisbury e Bullawayo — determinou a saída de Peter Balamanja para o território da Niasalândia e a transferência da sede para Zomba, e embora sejam muito escassos os elementos de informação sobre a actividade que vem desenvolvendo, parece de presumir que não tenha renunciado ao seu primitivo campo de acção e continue «trabalhando» os moçambicanos das Rodésias.

Ouso mesmo supor que no conjunto das actividades que se estão processando contra a nossa província, a acção da Mozambique African National Congress, embora menos apregoada, seja uma das mais temíveis, não só pelo acesso fácil que ainda tem aos trabalhadores moçambicanos que constantemente atravessam as fronteiras da Rodésia e do Malawi, como também pelo apoio que recebe dos *leaders* africanos daqueles territórios. O actual estado de relações entre Portugal e o Malawi, assim como entre Portugal e a Rodésia do Sul, não permite, naturalmente, que em volta da organização se crie aquele clima de publicidade e reclame tanto do gosto das outras organizações, mas é certo que nem por isso as suas actividades afrouxam. Os indícios colhidos no nosso território parecem demonstrar que, através do vaivém da fronteira, se processa a entrada, não diremos de numerosos, mas de alguns agitadores filiados ou doutrinados pela MANC.

3. Foi em fins de 1958 que um grupo de macondes, originários de Moçambique mas fixados no Tanganhica, resolveu fundar

a associação chamada «de beneficência» Tanganyica-Mozambique Makonde Union (TMMU), ao mesmo tempo que em Zanzibar, mas agrupando macondes e macuas, se estabelecia a Zanzibar-Mozambique Makonde and Makua Union (ZMMMU). Embora a simultaneidade de formação das duas associações e o súbito interesse dos moçambicanos emigrados em agruparem-se pudessem constituir um motivo de suspeição sobre a espontaneidade do movimento, a verdade é que, ao tempo, não lhes foram assinalados fins políticos e as suas actividades iniciaram-se em plano mais ou menos conforme com os objectivos de assistência mencionados nos seus estatutos, não faltando até quem se lhes referisse como «sociedades de enterros». Cedo, porém, as ligações evidenciadas com a TANU — de Julius Nyerere — e a circunstância de os dirigentes das associações serem todos filiados naquele partido advertiram que a história era muito outra e que a TANU controlava inteiramente as novas associações e delas se servia para manejar os macondes e os macuas contra Moçambique. Mas porque o método escolhido se não pode dissociar do condicionalismo que o elegeu, não deixa de ser curioso anotar que, na época, aos dirigentes da TANU se não afigurou conveniente arvorar uma bandeira política para em torno dela reunir os moçambicanos emigrados, preferindo antes o tipo de associação beneficente apoiada em laços tribais.

A partir daí, porém, e porque através do quadro associativo estabelecido se encontrou o campo adequado para a doutrinação política pretendida, os dirigentes da TANU abandonaram completamente o disfarce e empenharam-se em fundir as associações criadas numa única, onde, até pelo nome, a sua influência fosse bem patente; e, mau grado os esforços do nosso Consulado em Dar-es-Salam que, oportuna e inteligentemente, conseguiu por duas vezes frustrar esses intentos, a Mozambique African National Union (MANU) foi criada em princípios de 1961, com o anunciado apoio de Julius Nyerere, Kwame Nkrumah e Tom M'boya, e sob a aparente direcção de Mateus Mole e Lawrence Milinga, dois macondes nascidos no Tanganhica e impostos pela TANU. Foi também possível pressentir no processo da formação da MANU a acção do comissário da União Indiana no Tanganhica e a de algumas organizações militantes no movimento contra Goa.

Numa conferência de imprensa que se efectuou pouco depois, um dos dirigentes da novel associação procurou sintetizar os seus objectivos nos seguintes termos:

- 1) Assègurar por todos os meios ao seu dispor a libertação de Moçambique do domínio estrangeiro e regime colonial.
- 2) Promover o desenvolvimento da convivência política dos moçambicanos que vivem no Quénia, Tanganhica e Zanzibar.
- 3) Olhar pelas necessidades económicas, sociais e educacionais do nosso povo.
- 4) Esclarecer a opinião pública das condições existentes em Moçambique e dar a conhecer a todo o mundo civilizado a verdadeira natureza da opressão exercida em Moçambique pelos Portugueses.
- 5) Solicitar a assistência dos Estados africanos independentes e outros países anticolonialistas na luta para a libertação da Mãe-Pátria.
- 6) Manter ligação com os movimentos liberais e democráticos em outras colónias portuguesas e no próprio Portugal.
- 7) Manter as Nações Unidas informadas de todas as violações da Declaração dos Direitos do Homem pelo regime colonial de Moçambique.
- 8) Ajudar todos os povos vítimas da opressão portuguesa que procuram refúgio em países fora de Moçambique.

Desde logo foi possível prever — pelas reacções esboçadas entre os moçambicanos do Tanganhica e pela confusão na escolha dos dirigentes — que a associação estava muito longe de se poder considerar como preparada para a realização de tão confusos como ambiciosos fins, e que, sem o apoio dos seus associados — alheios ou adversos ao programa anunciado — e sem uma acção capaz dos seus dirigentes — boçais e incultos —, só fora dela poderia encontrar os meios, não diremos já para se impor, mas ao menos para sobreviver. Assim aconteceu, de facto, e no decurso dos anos de 1961 e 1962 a actividade mais evidente dos corpos directivos, para além da luta travada entre eles, cifrou-se

no quase continuo vaivém das deslocações a Accra, Nairobi, Rabat, Casablanca e Cairo, para buscarem o suporte e os meios que no seio da associação lhes eram negados. Entretanto, mais esclarecidos e mais determinados, os dirigentes da TANU iam lentamente tomando posse de todo o comando, e logo que a independência do Tanganhica lhes quebrou umas supostas obstruções do Governo Britânico, surgiu à clara luz do dia — apregoada e reclamada em todos os jornais — a acção de Óscar Kambona, secretário-geral da TANU e, depois, ministro do Interior do Tanganhica, o qual, no entanto, prodigalizava também os seus favores à organização UDENAMO.

4. Esta UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique) parece ter nascido em Bulawayo, fundada por Adelino Chitoyo Gwambe, Aurélio Jaime Bucuane e David Chambele. Se pouco se conhece sobre este último, em relação aos dois primeiros sabe-se que frequentaram as cadeias de Moçambique condenados por roubo e por crime grave, podendo o Aurélio Bucuane — mais feliz do que o Gwambe — apresentar como habilitações literárias o 1.º ciclo liceal. Todo este corpo directivo transitou em princípios de 1961 de Bulawayo para Dar-es-Salam, onde, com o já mencionado apoio de Óscar Kambona, a UDENAMO passou a funcionar, e, tanto quanto nos é possível concluir das informações que pudemos recolher, a sua actividade processou-se em termos mais aguerridos do que os da MANU. O facto não é de estranhar, se se souber que, desde o início do movimento, este foi especialmente assistido por indivíduos de filiação comunista que encaminharam Gwambe primeiramente para Accra, depois para Casablanca e Cairo.

Em Outubro de 1961, e depois de ter enviado ao presidente da 16.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas uma mensagem sobre a situação de Moçambique, a UDENAMO dá publicidade ao seu programa político, certamente forjado no Cairo e onde se lê, nomeadamente:

- 1) União e mobilização de todos os moçambicanos de todas as camadas sociais residentes em Moçambique e no estrangeiro, sem discriminação de sexo, de origem étnica, de condição de fortuna ou de credo religioso ou filosófico.

- 2) Luta por todos os meios para a liquidação em Moçambique do domínio colonial português.
- 3) Luta em comum com todas as forças patrióticas moçambicanas.
- 4) Colaboração com todos os povos africanos e asiáticos em luta pela sua independência completa, particularmente com os povos e organizações patrióticas portuguesas.
- 5) Colaboração com as forças progressistas do mundo inteiro e conquista da simpatia e apoio de todos os povos à causa de libertação do povo moçambicano.
- 6) Conquista da independência nacional imediata e completa da Pátria moçambicana.
- 7) Formação de um governo do povo, pelo povo e para o povo.
- 8) Soberania da Nação Moçambicana, fundada sobre a vontade popular.
- 9) Defesa dos interesses de todo o povo de Moçambique, nomeadamente dos interesses das classes trabalhadoras.
- 10) Liquidação da cultura e educação colonialistas e imperialistas, reforma do ensino em vigor, combate enérgico e rápido contra o analfabetismo.
- 11) Criação de forças de defesa nacional — exército, marinha, aviação — intimamente ligadas ao povo.
- 12) Interdição de bases militares estrangeiras no território nacional.

Não é muito difícil descortinar neste rebuscado programa os mais vulgares *slogans* comunistas, e as expressões «forças patrióticas», «liquidação da cultura e educação colonialistas», «forças o povo», «liquidação da cultura e educação colonialistas», «forças de defesa nacional intimamente ligadas ao povo», «interdição de bases militares estrangeiras», etc., são comuns à maior parte dos programas dos partidos e organizações que, em enxame, vão surgindo por toda a África sob a inspiração de Moscovo e Pequim. Por isso mesmo, nada tem de estranha a semelhança que facilmente se pode encontrar entre os programas da UDENAMO e do MPLA, de Angola, semelhança essa que se verifica também nos estatutos dos partidos, moldados no do Partido Comunista

Soviético e onde se afirma que a estrutura do partido se baseia no princípio do «centralismo democrático» e o «método de trabalho dos seus organismos é orientado pelos seguintes princípios:

- a) Espírito democrático;
- b) Espírito colectivo;
- c) Unidade de acção;
- d) Espírito de responsabilidade;
- e) Crítica e autocrítica;
- f) Auxílio mútuos.

No entanto, a actuação pública da UDENAMO no Tanganhica não conseguiu ir além de uns escassos comícios, onde se procurou evidenciar o prejuízo que ao movimento estavam a causar as divergências de ordem tribal já verificadas no seio das organizações.

5. Não pode haver a mais pequena hesitação em afirmar que a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) — o organismo que hoje parece efectivamente comandar a subversão em Moçambique — não resultou da espontânea vontade das organizações e grupos que a integram, e que, muito ao contrário, representa apenas uma imposição do exterior a que a maior parte dos chamados *leaders* do nacionalismo moçambicano se tiveram de render, em alguns casos com evidente relutância. As divergências e lutas entre a MANU e a UDENAMO surgiram como pretexto para a intervenção de Óscar Kambona, secretário-geral da Tanganyica African National Union (TANU) e de Koinange, secretário-geral do Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa (PAFMECA), mas no processo da formação da FRELIMO não é difícil descortinar, para além dos choques entre os dirigentes dos movimentos rotulados de moçambicanos, os subtis mas não menos violentos conflitos que opuseram todos os interessados na luta antiportuguesa.

Em Maio de 1962, o jornal *Tanganyica Standard* publicou algumas declarações de Adelino Gwambe onde se anunciava a sua partida juntamente com Mateus Mole a fim de assistirem à conferência dos Freedom Fighters em Acra, e onde se estudariam os pormenores da realização prática de uma «frente unida» que

funcionaria como um «corpo consultivo», continuando, porém, os dois partidos como até aí. Estas declarações pareciam confirmadas por algumas notícias publicadas em outros jornais de Dar-es-Salam e difundidas pela B. B. C. e Rádio Moscovo, mas os acontecimentos posteriores revelaram que a «frente» se havia constituído sem curar muito dos pontos de vista dos seus principais dirigentes, pois ao mesmo tempo que Adelino Gwambe classificava Mateus Mole como «lacaio» do Governo do Tanganhica e agindo apenas segundo os seus interesses, Mateus Mole insinuava que o Adelino Gwambe estava comprometendo a «causa», inoculando nela os «venenos» do «tribalismo, prestígio, anseio de riqueza e anseio de cargos». E de tal modo se acentuaram as divergências e discussões que os promotores da «frente unida» — Nkrumah, Kambona e Koinange — parece terem receado pela sua existência.

Foi então que surgiu no quadro da acção subversiva contra Moçambique o Dr. Eduardo Mondlane, originário do Sul do Save, professor da Universidade de Siracusa, antigo funcionário da O. N. U., exactamente o mesmo que uns meses antes, ao abandonar Moçambique depois de uma curta visita, se havia manifestado publicamente no sentido de «que jamais esqueceria aquela terra de Portugal, onde tivera a felicidade de nascer [...], que ia partir em breve de novo encantado com tudo e com todos, indo para a sua vida da América, se possível, mais português do que nunca [...], que a elevação moral e social em Moçambique era de molde a merecer um elogio de todos e a admiração do mundo pela política ultramarina portuguesa, que tal obra bem demonstrava a útil, pacífica e esclarecida política portuguesa [...]». Como que a dar razão a Mateus Mole e a demonstrar a virulência dos «venenos do tribalismo, prestígio, anseio de riquezas e anseio de cargos», o Dr. Eduardo Mondlane logo que chegou aos Estados Unidos, após aquela visita, produziu um estranho, falso e insidioso estudo sobre o problema da educação em Moçambique — onde, certamente por mera coincidência, deu guarida a algumas das mais curiosas sugestões do Sr. Menen Williams — e, talvez na ânsia de fazer esquecer as suas opiniões recentes sobre a política ultramarina portuguesa, desdobrou-se em actividades contra nós, quer no Comité Especial da O. N. U., quer em conferências pronunciadas em Nova Iorque sob o patrocínio do Council for Foreign Affairs e do American Committee on Africa.

Assim, sob a suspeição de alguns dos *leaders* africanos, mas com o apoio nítido e continuado de algumas organizações americanas, o Dr. Eduardo Mondlane torna a chefia da FRELIMO e proclama a necessidade de todos se prepararem para uma «luta de violência», cujo objectivo será o de «reunir as forças nacionalistas de Moçambique a fim de ser obtida a independência no mais curto período possível», anunciando-se ao mesmo tempo que, após a eleição do Conselho Supremo do novo partido, os Conselhos Executivos da MANU e da UDENAMO deveriam promover, no prazo de noventa dias, a transferência de todas as existências na sua posse e *contrôle* para aquele mesmo Conselho Supremo da FRELIMO. Tal facto parece ter desagradado a Adelino Gwambe, que, entretanto, era expulso do Tanganhica como «imigrante indesejável», mantendo-se Mateus Mole no Conselho Supremo da nova organização, mas parece que mesmo no seio da MANU se manifestaram as mais diversas oposições, como transparece desta ingénua carta enviada por uma das suas secções:

Recebemos notícias e fizestes uma eleição em Dar-es-Salam e que uma nova organização está fundada com o Sr. Eduardo seu Presidente. Mateus Mole não esquece a nossa promessa. Nós pagamos a subscrição da PAFMECA é porque então você não consultou-nos sobre o assunto. Desde já informamos que o nosso Comité não aceita a «Frente de Libertação de Moçambique» ou «FRIMO». Nós só queremos a MANU e nosso presidente Mateus Mole. Também comunico que não queremos este Eduardo ser nosso Presidente. Você Mateus Mole se não quer ser nosso Presidente, nós estamos prontos para largar o Club e nossa terra de Moçambique é nosso não é dos americanos ou dos franceses ou da Rússia.

A primeira Conferência da FRELIMO efectuou-se em Dar-es-Salam, de 23 a 28 de Setembro de 1962, e nela discursaram o Dr. Eduardo Mondlane, Uria Timóteo Seriangó e Marcelino dos Santos, sendo todos unânimes em apresentar os seus agradecimentos à PAFMECA pelo papel preponderante desempenhado na formação da frente. A sessão teve também a presença do primeiro-ministro do Tanganhica, Kawava, que teria afirmado

poderem os Moçambicanos considerar o Tanganhica como a sua própria terra, tendo em conta o auxílio que sempre lhes dispensaria. A Conferência aprovou resoluções relativas à solidariedade com outros movimentos anticoloniais, à urgência em conseguir a unidade e apoio para a luta contra os Portugueses, e tomou conhecimento do seguinte:

- a) A promessa de assistência militar (possivelmente equipamento e facilidades de treino) por doze países africanos, entre os quais foram mencionados Marrocos, Tunísia, República Árabe Unida, Ghana e Tanganhica;
- b) A possibilidade de treino militar no Tanganhica com instrutores de qualquer outro país;
- c) Armazenamento de equipamento militar ao sul do Tanganhica;
- d) Necessidade de iniciar a luta em Moçambique, ainda que isso represente perda de vidas.

O documento insere mais: o programa do partido, os seus estatutos, uma mensagem ao povo português, uma proclamação ao povo moçambicano, uma resolução sobre a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), uma mensagem à PAFMECA e uma mensagem aos chefes de Estado da África independente. Não creio que o seu teor mereça ser aqui explanado, pois alongaria em termos desmedidos o texto deste trabalho, sem contrapartida evidente na sua clareza e utilidade, visto apenas se repetirem os *slogans* e argumentos de todos conhecidos, mas talvez mereça a pena referir que os estatutos da FRELIMO se aproximam de forma iniludível dos da UDENAMO, o que parece querer significar que apesar de tudo e em matéria revolucionária os Americanos podem aceitar os modelos comunistas.

6. As profundas divergências suscitadas pela criação da FRELIMO revelaram-se imediatamente com o aparecimento do COSERU (Comité Secreto da Restauração da UDENAMO),

que num comunicado à imprensa surgido em Maio de 1963 sintetizava assim os seus objectivos:

- a) Desenvolvimento de uma campanha contra a FRELIMO, na qual, depois de uma longa e aturada análise, se descobriu uma chefia de fantoches pagos pelos Estados Unidos da América e de traidores cujas actividades servem os interesses dos imperialistas e colonialistas, clássicos e modernos, na escravização do povo de Moçambique;
- b) Informar os Moçambicanos, na sua terra ou no exílio, dos perigos que ameaçam a nossa luta pela infiltração e directa interferência dos Estados Unidos na política interna de Moçambique, e que bem demonstrou ou a conjura dos Estados Unidos com os Portugueses ou, então, a sua determinação de substituírem Portugal;
- c) Contar todos os sucessos e fracassos da UDENAMO, desde a data da sua fundação, em 2 de Outubro de 1960, em Bullawayo, na Rodésia do Sul, e à força de trabalho preparar os planos, caminhos e meios para evitar a repetição dos erros cometidos no passado, o que deu a possibilidade aos oportunistas e fantoches dos Americanos para se infiltrarem nas fileiras do partido, enfraquecendo assim o dinamismo e os verdadeiros ideais do partido, que são a liberdade e independência para Moçambique e a completa erradicação do imperialismo e do colonialismo clássico e moderno.

Continuando na sua crítica à influência americana na FRELIMO, o comunicado acentua que «superficialmente Portugal é o nosso inimigo, mas essencialmente é a N. A. T. O., à testa da qual estão os Estados Unidos da América» e também que «na FRELIMO há traidores que servem directa e conscientemente de fantoches dos imperialistas, à cabeça dos quais estão os Estados Unidos». Posteriormente, no manifesto de dissolução da FRE-

LIMO, assinado por Adelino Gwambe, Mateus Mole e Sebastião Siganke e publicado em Kampala, revelam-se os seguintes factos:

- a) O discurso do dirigente Leo Millas, delegado da FRELIMO à Conferência de Solidariedade Afro-Asiática realizada em Moshi em Fevereiro de 1963, teria sido escrito na Embaixada Norte-Americana em Dar-es-Salam;
- b) Eduardo Mondlane recorreria frequentemente aos serviços dos elementos norte-americanos que sob o rótulo de membros do Peace Corps se encontram no Tanganhica;
- c) Salvo os jornalistas, os únicos brancos recebidos na sede de FRELIMO seriam os americanos, tendo um representante da Embaixada dos Estados Unidos participação efectiva nas reuniões do Comité Central da Organização.

Com a restauração da UDENAMO e da MANU e com o apoio ainda não esclarecido de alguns elementos do MANCO, constituiu-se em Maio de 1963 a FUNIPAMO (Frente Unida Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique), que, como o seu próprio nome quer significar, não visa exclusivamente o «colonialismo» português, mas também todos os imperialismos, nomeadamente o norte-americano. Num telegrama enviado aos chefes de Estado e de governo presentes em Adis-Abeba quando da realização da Conferência da Organização da Unidade Africana, a FUNIPAMO solicitou:

- a) Treino acelerado militar e político para os seus quadros;
- b) Auxílio em dinheiro e material de guerra;
- c) Reconhecimento do poder político estabelecido em Moçambique pelas suas forças, mesmo quando estas ocupassem apenas uma milha quadrada;
- d) Veemente condenação dos colonialistas portugueses e dos seus aliados do bloco imperialista da N.A.T.O., encabeçada pelos imperialistas reaccionários dos Estados Unidos;
- e) Corte de todos os tipos de relações com Portugal;

- f) Confiscação de todas as propriedades possuídas pelo Governo Português em África;
- g) Recusa de vistos de estada e trânsito aos cidadãos portugueses.

Ainda aqui, porém, não serão as afirmações dos dirigentes ou os programas por eles subscritos que nos elucidarão sobre a verdadeira posição do novo organismo criado, mas sim os apoios e cumplicidades de que desfruta. Sob este aspecto, parece poder dizer-se que o simples facto de a FUNIPAMO ter nascido em Kampala, com o apoio do primeiro-ministro do Uganda, Milton Obote, indica que na luta travada entre este e Julius Nyerere a propósito da Federação da África Oriental se inseriu mais esta divergência; por outro lado, parece fora de dúvida que a personalidade do Dr. Eduardo Mondlane e as suas ligações com os Americanos estão bem longe de satisfazer Moscovo, Cairo e Pequim, que, embora não hostilizando abertamente a FRELIMO, têm julgado prudente amparar e estimular os dirigentes da FUNIPAMO.

7. Desta singela, incompleta e monótona resenha de factos que se prendem com a origem, formação e actividade dos grupos e organizações que se incluem no movimento subversivo dirigido contra Moçambique, poder-se-ia, talvez, ser tentado a extrair a fácil conclusão de que, ao menos por agora, não seria nem muito grande nem muito sério o perigo que nos ameaça. Eu lamentaria profundamente se, de algum modo, as minhas palavras pudessem ter semelhante interpretação, pois que, exactamente, dos factos que acabo de mencionar, julgo advirem grandes preocupações quanto aos problemas que, num futuro próximo, teremos de enfrentar naquela parcela do território nacional.

A ingenuidade e a incapacidade da maior parte dos dirigentes das organizações que directamente encabeçam a acção subversiva contra Moçambique, longe de nos favorecerem, prejudicam-nos, na medida em que transferem todo o comando dessa acção para inimigos mais poderosos e mais determinados, que, abstraindo de todo e qualquer interesse pelas populações moçambicanas, não hesitam em sacrificá-las aos seus inconfessáveis interesses. Dai que, mau grado todos os aparentes esforços de unificação ensaia-

dos ou impostos através de FRELIMOS ou FUNIPAMOS, seja inteiramente possível descortinar nas fórmulas de compromisso encontradas todos os secretos apetites de um Governo do Tanganhica que olha cobiçoso para o território entre o Rovuma e o Lúrio; de um Governo da Niassalândia que medita nas vantagens da posse de um território entre o Lúrio e o Zambeze; de um Governo da Rodésia do Norte que não ignora o caminho mais fácil para o Índico; de um Governo do Ghana que persiste no seu sonho pan-africanista; de um Governo do Quénia que não esquece os motivos da criação da PAFMECA; de um Governo do Cairo que não abandona os seus propósitos de hegemonia africana; de um Governo dos Estados Unidos que não hesita em colher dólares a troco de sofrimentos alheios; de um Governo Soviético não esquecido dos ensinamentos de Lenine e Estaline e que prossegue friamente a sua luta contra o Ocidente; de um Governo da União Indiana que não renuncia à África oriental como escoadouro mais fácil para a sua população faminta; de um Governo Chinês que bem cedo compreendeu a importância de África no mundo actual.

Na verdade, se de algum modo nos quisermos fixar no que de característico e peculiar apresenta a acção subversiva contra Moçambique, parece que, antes de mais, se tem de referir a complexidade dos laços que, a pouco e pouco, foram prendendo os seus *leaders* aos interesses dos governos estrangeiros. A multiplicidade e diversidade dos grupos e organizações que se formam, dissolvem e reformam não é, como facilmente se compreende, mera obra de acaso ou resultado natural da extensão e virulência do movimento; muito ao contrário, considerados os frágeis e diluídos fundamentos alegados como causas desse movimento e também a escassez de militantes, tal multiplicidade traduz apenas a necessidade de buscar no apoio estrangeiro a base que nacionalmente lhes falta para sustentar uma organização ou grupo que possa satisfazer os tais alegados vícios de «anseios de cargos ou proventos materiais» tão comuns aos dirigentes africanos. De tal maneira que, para sermos objectivos, o que mais interessaria definir seriam, exactamente, esses apoios, os fins que procuram e os métodos de que se servem.

No momento, parece que os interesses americanos — cobertos pelas tão famigeradas organizações particulares que tão singularmente se confundem com as instituições oficiais — marcam alguns pontos de vantagem através da designação do Dr. Eduardo

Mondlane para presidente da FRELIMO, mas não será nem ousado nem pretensioso afirmar que essas vantagens são apenas de natureza momentânea. Quase poderíamos dizer que o simples facto de os Americanos apoiarem o Dr. Eduardo Mondlane constitui razão bastante para ele fracassar, mas, para além disso, a oposição que contra ele já se processou indica claramente que a maior parte dos países africanos não reconhecem a sua chefia como coisa assente e decidida e que o processo continua em aberto até que se possa encontrar uma nova base de acordo. Um Peter Balamanja que recolhe as simpatias de Kaunda e Nkomo; um Mateus Mole que, apesar de tudo, se mantém em íntimas ligações com a PAFMECA; um Adelino Gwambe que melhor se integra nos processos revolucionários de Moscovo, Cairo e Accra; um Marcelino Santos possivelmente cansado dos «segundos papéis» que de há muito vem desempenhando; todos esses e mais alguns são substitutos possíveis de Mondlane e constituem «cartas» valiosas no jogo que está decorrendo.

É naturalmente evidente — e parece que nisso se insiste muito — que a excepcional posição geográfica de Moçambique em relação aos territórios limítrofes constitui, ou constituiria num mundo sensato, razão mais do que suficiente para que se multiplicassem e reforçassem os laços da boa vizinhança que a todos interessaria; simplesmente, no mundo de ódios em que vivemos, e considerada a extrema agressividade que caracteriza o pan-africanismo dos novos Estados negros, aquela posição geográfica constitui, por si, o motivo mais poderoso para a luta que nos movem, e seria ingénuo e perigoso supor que uma ou outra manifestação de boa vontade que brota dos territórios vizinhos, assim como uma ou outra dificuldade que possa surgir no domínio da acção directa contra nós, representem razões de tranquilidade ou de menores precauções.

Na verdade, e embora sofrendo de todas as desvantagens e inconvenientes que lhe advêm da carência de uma base nacional, a chamada «luta pela libertação de Moçambique» vai dando, em cada dia, novos passos, por força dos impulsos que do exterior recebe, e é de esperar que às primeiras tentativas de acção directa já verificadas no território da província outras se sucedam em maior escala e com mais acentuada frequência. Para além dos preparativos conhecidos — estabelecimento de campos militares de formação e treino, recolha de vultosos fundos, designação de chefes militares, doutrinação de militantes, etc. —, presente-se

que o movimento receia cada vez mais a deterioração que sempre resulta da passividade e estagnação e que se sente obrigado a actuar, com desprezo pelos resultados imediatos, mas com o objectivo de alimentar e estimular os seus poucos adeptos e justificar, de algum modo, a confiança e o apoio que do exterior vem recebendo.

Numa valiosa lição aqui proferida pelo Sr. Tenente-Coronel Joaquim António Franco Pinheiro, sobre a «Natureza e Fundamentos da Guerra Subversiva», foi acentuado que a acção de «terrorismo e guerrilha» constitui uma fase da guerra subversiva da actualidade que, normalmente, é precedida de duas outras: a «fase preparatória» e a «fase de agitação». Definindo cada uma destas fases, referia aquele especialista que na primeira «a subversão quase se limita ao estudo das possibilidades de desencadeamento da luta e às actividades destinadas ao estabelecimento de um embrião de organização político-administrativa, a qual, mais tarde, enquadrará toda a população do território a submeter», ao passo que na segunda «a subversão procura aumentar a agitação, fomentando perturbações da ordem (greves, manifestações, algum terrorismo), com a finalidade de criar adeptos na população e, de uma maneira geral, lançá-la num ambiente de medo, com o fim de conseguir o seu apoio voluntário ou forçado». Só depois de criada esta situação se verificaria a terceira fase, onde se «generalizam e intensificam as acções violentas (atentados, sabotagens, acções de terrorismo, por terroristas; acções de bandos armados). Com estas acções e porque, simultâneamente, é completada a organização político-administrativa, por forma a dominar todo o território e população, procura a subversão desequilibrar a população para o seu lado e dominar algumas áreas de terreno».

Tanto quanto nos é possível pronunciarmo-nos sobre a matéria — cuja delicadeza e incerteza são de fácil avaliação —, diremos que, por um conjunto de circunstâncias onde avulta a fraca receptividade das populações moçambicanas, a acção subversiva contra Moçambique viu-se forçada a precipitar os acontecimentos e entrará nesta terceira fase da guerra subversiva — terrorismo e guerrilha — sem que tenha tido possibilidade de completar e aperfeiçoar todos os mecanismos implícitos naquelas duas outras precedentes fases. O facto, para além das inegáveis vantagens que nos oferece se dele soubermos extrair todas as possíveis consequências, comporta também alguns inconvenientes, na medida em que é lícito esperar que se procure suprir as deficiências de preparação

por uma mais espectacular acção terrorista e de guerrilha, que force a passividade ou a repulsa das populações e as atire, por medo ou por cálculo, para campo adverso ao da ordem em que actualmente vivem.

Por outro lado, e como já anteriormente referimos, um dos grandes problemas que se deparam aos pretensos chefes do movimento é exactamente o de se credenciarerem perante os governos estrangeiros que os apoiam, e na corrida de prestígio e de serviços prestados em que todos actualmente se empenham, o trabalho obscuro da preparação secreta, por muita utilidade de que se revista, não é bastante para acreditar os seus autores, e daí que se pretenda a todo o transe preparar ou colaborar na acção directa já iniciada. Para todos aqueles que possam julgar que esta última razão não tem o valor que lhe atribuímos e considerem que o mérito e capacidade dos dirigentes se não medem nos termos simples que deixamos referidos, será conveniente lembrar que o MPLA de Angola — sem dúvida o movimento que mais persistente e eficientemente «trabalhou» as populações daquela província — se viu ultrapassado em projecção e poder por uma UPA que reclamou para si a prioridade de uma acção terrorista e de guerrilha.

Como quer que seja — e sem curar agora muito das razões que motivam o recrudescimento da acção terrorista —, teremos de contar, em tempo muito próximo, com inúmeras e graves dificuldades, que nos serão impostas em ritmo cada vez mais vivo. Não cabe, evidentemente, nesta breve e elementar exposição do problema, indicar, sugerir ou preconizar quaisquer medidas que se integrem no sistema de defesa estabelecido pelas autoridades competentes, mas não temos dúvidas de que, como em Angola e aproveitando da experiência ali colhida, seremos capazes não só de resistir como de vencer.

Em discurso que então mereceu as honras de grande publicidade, o primeiro-ministro britânico de então, Sr. Mac Millan, lançou a expressão «ventos de mudança», com que pretendeu explicar a situação da África. Dos muitos aplausos que por isso recolheu, a maior parte não se contou certamente entre nós, mas, por mim, sempre pensei que a imagem era extraordinariamente feliz e que, de algum modo, poderia não só servir para explicar a situação da África como também, e com notável clareza, a nossa posição naquele conturbado continente. Essa ideia ainda mais se radicou em mim quando, ainda não há muito tempo, tive oportunidade

de assistir a um documentário filmado, produzido por americanos, onde se revelam os extremos cuidados e os copiosos meios que os Estados Unidos consagram ao estudo da origem e formação dos tufões que varrem a Florida e também às medidas de prevenção contra os seus efeitos. Eu diria, no entanto, que são maiores os cuidados e os meios que consagram à criação dos tais «ventos de mudança» e muito maiores os que despendem na reparação dos seus efeitos.

Se bem entendi a lição desse documentário, nunca foi encarada como solução para o problema dos «ventos» ou dos «tufões» deixar tranquilamente que eles tudo arrasassem, para depois buscar nos destroços e ruínas a magra compensação daquilo que por acaso se salvou. Por nosso lado, já libertos de qualquer preocupação em averiguar a origem e a formação dos tais «ventos de mudança» — e que tão bem conhecemos —, temos consagrado o nosso esforço e os nossos meios à tarefa árdua e onerosa de escorar e reforçar a Grande Casa em que habitamos, para evitar que se danifique ao primeiro sopro e para que se aguente com as mais fortes rajadas. Com a ajuda de Deus, muita perseverança e muito trabalho, temos sido bem sucedidos e até quase podíamos dizer que no conjunto das medidas tomadas tivemos ocasião de incluir algumas que — como em nossas próprias pequenas casas — só foram possíveis pela oportunidade dada de vencer alguma inércia ou rotina. Alguns dos melhoramentos que encarávamos para período mais distante foram já feitos com a oportunidade dada pela realização de necessárias obras.

Esta parece ser uma maneira sensata e extremamente compreensível de encarar as coisas, mas, a avaliar pelo que ocorre naquela desgraçada África, o mundo anda muito falho de senso e compreensão. Os acontecimentos recentes do Congo talvez obrigassem os responsáveis a meditar sobre o problema — se é que disso são capazes —, mas não serão as famílias dos que pereceram horivelmente chacinados que compreenderão o tardio *mea culpa* de todos aqueles que hoje podem talvez alegar o muito que fizeram, fazem ou tencionam fazer para remediar o que nada fizeram para evitar. Mas se não fosse a piedade e o respeito que devemos aos mortos, muito teríamos de sorrir perante os esforços dos Governos dos Estados Unidos e da Bélgica, das organizações protestantes, da O. N. U. e de umas outras entidades mais para, em colaboração com Tschombé, salvarem dos mais horríveis martírios os que se encontravam ameaçados pela fogueira por eles próprios ateada.

João da Costa Freitas,
“Movimentos subversivos
contra Moçambique,”
in: *Moçambique: curso de extensão
universitária, ano lectivo de
1964/1965*
(Lisboa: Instituto Superior de Ciências
Sociais e Política Ultramarina, 1965),
pp.319-337